



TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS PROVEDOR DE INTERNET.

Inexigibilidade de Licitação nº 10/2021

1 – OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE ACESSO E UTILIZAÇÃO DE INTERNET DOS PROVEDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDADES, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

2 – JUSTIFICATIVA

2.1. Considerando a crescente demanda por serviços de internet nas diversas unidades da administração pública, além da necessidade da uniformização dos procedimentos que visam a contratação da empresa de fornecimento de serviços internet ADSL, tendo em vista a essencialidade da internet para o desenvolvimento dos serviços com vistas ao atendimento do interesse público, considerando a existência de recursos orçamentários para cobertura das despesas decorrentes do contrato, conforme o estipulado na Lei nº.8.666/1993, no que tange à renovação ou rescisão contratual.

3. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

3.1. No caso dos serviços de telefonia, a OI S.A – Em Recuperação Judicial, se trata de empresa privada concessionária de serviço público, conformando-se, ainda, como a única fornecedora possível dos serviços de telefonia na Cidade de Alto Garças - Mato Grosso, o que imporia a conclusão de que há inviabilidade de competição em virtude de fornecedor exclusivo, diante do exposto, fica expresso nos termos do caput do art. 25, da Lei 8.666/93, in verbis:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição (...)” No entanto, o tema não oferece contornos tão simples, pois a Lei nº 9.648/98, que deu nova redação ao inc. XXII do art. 24 da Lei 8.666/93, tratou como dispensa de licitação a contratação para fornecimento ou suprimento de gás natural e energia elétrica, in verbis: “Art. 24. É dispensável a licitação: (...) XXII – na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionária, permissionária ou autorizado, segundo as normas da legislação específica”

3.2. Por último, cumpre assinalar que, tendo em vista o seu caráter de serviço continuado, é possível a celebração do contrato com vigência anual, prorrogável pelo prazo máximo legal, a cada ano, dispensando-se a realização de novo termo contratual no início de cada exercício financeiro, tal como autoriza o art. 57, II da Lei nº 8666/93.





4. CUSTO ESTIMADO

O custo estimado é no valor de R\$ 135.902,16 (cento e trinta e cinco mil e novecentos e dois reais e dezesseis centavos), conforme estimativa de gasto feitas pelas secretarias.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento devido pela CONTRATANTE processar-se-á, mensalmente, mediante a apresentação da Nota Fiscal por parte da CONTRATADA, bem como de boleto bancário ou indicação dos dados bancários da CONTRATADA.

Alto Garças, 12 de Maio 2021

CARLOS ALBERTO SOARES BORGES
Secretário Municipal de Administração

